Exigências de sustentabilidade nas cadeias de fornecimento agrícolas

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A névoa de fumaça e o Transboundary Haze Pollution Act 2014

A sustentabilidade das cadeias de fornecimento agrícolas tornou-se uma questão pública em Singapura por causa da névoa de fumaça (haze). Incêndios provocados para limpar terras para plantações em Sumatra e Kalimantan cobriram repetidamente Singapura de fumaça, sobretudo em 1997, 2013 e 2015. Em 2015, o ministro do Meio Ambiente estimou as perdas para Singapura em S$ 700 milhões.[1]

O Parlamento respondeu com o Transboundary Haze Pollution Act 2014 (lei sobre a poluição transfronteiriça por névoa de fumaça), aprovado em 5 de agosto de 2014 e em vigor desde 25 de setembro de 2014. A lei tem um alcance incomum. Aplica-se a condutas de entidades situadas em Singapura ou fora dela que causem ou contribuam para a poluição por névoa de fumaça em Singapura, e visa as empresas, incluindo as que toleram queimadas feitas por pessoas sob seu controle de gestão.[2] Suas disposições civis e penais preveem multas que se acumulam a cada dia de névoa de fumaça, até um máximo legal.[3]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A aplicação mostrou-se difícil, porque as provas estão na Indonésia e as autoridades indonésias consideram a lei uma intromissão em sua jurisdição. Após a névoa de fumaça de 2015, a National Environment Agency enviou notificações a seis empresas indonésias. Em março de 2017, havia encerrado as investigações relativas a duas delas, enquanto quatro casos envolvendo fornecedores da Asia Pulp & Paper continuavam abertos em setembro de 2021.[4] A sanção do mercado foi mais rápida. O Singapore Environment Council suspendeu temporariamente o uso de seu Green Label pela Asia Pulp & Paper, após o que a rede de supermercados NTUC FairPrice retirou os produtos do grupo de suas prateleiras. Os produtos só voltaram depois que o grupo investiu em gestão de incêndios e obteve uma certificação reforçada.[5] O episódio mostrou que a pressão reputacional no mercado doméstico de um centro de trading pode alcançar o que o direito penal extraterritorial tem dificuldade em entregar.

Padrões privados: RSPO e compromissos de desmatamento zero

A primeira resposta do setor foi a regulação privada. A Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO) foi fundada em 2004 como associação de produtores, traders, fabricantes, varejistas e organizações não governamentais, com sede em Zurique e secretariado em Kuala Lumpur. Certifica plantações e cadeias de fornecimento segundo princípios e critérios que revisou várias vezes. Organizações ambientais a criticam pela continuidade do desmatamento em áreas certificadas e pela fiscalização fraca.[6]

A segunda resposta veio das próprias empresas. Em 5 de dezembro de 2013, a Wilmar comprometeu-se com uma política de desmatamento zero, de não exploração de turfeiras e de não exploração de pessoas (no deforestation, no peat, no exploitation), aplicável às suas próprias operações e aos seus fornecedores terceiros. O compromisso seguiu-se a campanhas de organizações não governamentais, uma das quais mais tarde chamou a Wilmar de a maior e mais suja trading de óleo de palma do mundo.[7] Outros traders adotaram políticas semelhantes. Sua importância

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

está na extensão da responsabilidade ao fornecedor: um trader que compra de milhares de usinas precisa saber de onde vêm seus frutos, o que transforma a rastreabilidade em uma função central da casa de trading.

A Golden Agri-Resources ilustra a pressão comercial por trás dessas políticas. Por volta de 2010, vários grandes compradores, entre eles a Unilever e a Nestlé, cancelaram contratos com suas subsidiárias após campanhas contra práticas insustentáveis.[8] Um produtor listado em Singapura depende do acesso aos mercados consumidores da Europa e da América do Norte, o que torna as exigências desses mercados vinculantes na prática, diga o que disser a lei do país produtor.

O Regulamento da UE sobre Desmatamento

A União Europeia transformou esses compromissos privados em lei. O Regulamento (UE) 2023/1115 relativo a produtos livres de desmatamento abrange gado bovino, cacau, café, palma-de-óleo, borracha, soja e madeira, bem como certos produtos deles derivados. Os operadores só podem colocar esses produtos no mercado da UE se provierem de terras que não tenham sido desmatadas após 31 de dezembro de 2020, se cumprirem a lei do país de produção e se tiver sido apresentada uma declaração de diligência devida.[9]

A aplicação do regulamento foi adiada duas vezes. Uma alteração de dezembro de 2024 adiou-a por um ano, e uma segunda alteração, de 19 de dezembro de 2025, adiou-a novamente, modificando as exigências de diligência devida. Os operadores de grande e médio porte devem agora cumpri-lo a partir de 30 de dezembro de 2026, e as micro e pequenas empresas a partir de 30 de junho de 2027. A Comissão publicou uma revisão de simplificação em 4 de maio de 2026.[10]

O regulamento classifica os países produtores por risco. Nos termos do ato de execução de 22 de maio de 2025, a Indonésia e a Malásia enquadram-se na categoria de risco padrão, enquanto Singapura é classificada como de baixo risco.[11] A classificação de baixo risco de Singapura pouco importa na prática, porque o regulamento considera o país onde a commodity foi produzida. Um trader em Singapura que vende óleo de palma indonésio ou borracha da Malásia a um

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

comprador europeu precisa, portanto, fornecer os dados de geolocalização e a avaliação de risco de que seu cliente necessita para apresentar a declaração de diligência devida.

A Malásia e a Indonésia criticaram o regulamento como discriminatório contra seus pequenos produtores, que produzem uma grande parte de seu óleo de palma.[12] A disputa coloca os grupos sediados em Singapura em uma posição delicada entre os Estados produtores onde atuam e os mercados consumidores que abastecem. O Capítulo I.IV examina a relação política com os dois vizinhos.

A rastreabilidade como função de trading

O efeito cumulativo da legislação sobre a névoa de fumaça, dos padrões privados e do regulamento da UE é uma transformação da casa de trading agrícola. Os traders investem agora em monitoramento das plantações por satélite, mapeamento das usinas fornecedoras, procedimentos de reclamação e sistemas de auditoria. Essas funções exigem especialistas em dados, advogados e responsáveis por sustentabilidade, além de traders e profissionais de logística. Singapura beneficia-se dessa mudança, porque as funções se concentram nas sedes regionais, que no Sudeste Asiático costumam estar localizadas em Singapura.

Os bancos seguem a mesma lógica. Os credores que financiam o comércio de óleo de palma aplicam suas próprias políticas de sustentabilidade e pedem aos mutuários que demonstrem o cumprimento dos compromissos de desmatamento zero. A Monetary Authority of Singapore (MAS) espera que os bancos gerenciem o risco ambiental como parte de sua gestão do risco de crédito, como explica o Capítulo K.II. A sustentabilidade tornou-se assim uma condição de financiamento, além de uma condição de acesso ao mercado.

Notas

1. Wikipedia, “Transboundary Haze Pollution Act 2014” (acesso em novembro de 2026): episódios de névoa de fumaça de 1997, 2013 e 2015; o ministro do Meio Ambiente estimou perdas de S$ 700 milhões em 2015; a National

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Environment Agency enviou notificações formais a seis empresas indonésias por incêndios em suas terras. ↩

2. Wikipedia, "Transboundary Haze Pollution Act 2014" (acima): aprovada em 5 de agosto de 2014, sancionada em 10 de setembro de 2014 e em vigor desde 25 de setembro de 2014. Wikipedia, "Transboundary Haze Pollution Act 2014" (acima): a lei abrange "firms or entities in or outside Singapore" que contribuam para a névoa de fumaça que afeta Singapura e visa as empresas, incluindo as que toleram a poluição causada por pessoas sob seu controle de gestão. ↩
3. Transboundary Haze Pollution Act 2014, seções 5 e 6 (crimes e responsabilidade civil), com multas de até S$ 100.000 por dia de poluição por névoa de fumaça e de até S$ 2 milhões no total. ↩
4. Wikipedia, "Transboundary Haze Pollution Act 2014" (acima): as investigações relativas à PT Bumi Sriwijaya Sentosa e à PT Wachyuni Mandira foram encerradas até março de 2017; em setembro de 2021, quatro casos continuavam abertos, sendo as quatro empresas fornecedoras da Asia Pulp and Paper. ↩
5. Wikipedia, "Asia Pulp & Paper" (acesso em novembro de 2026): a NEA apontou a APP como uma de cinco empresas possivelmente responsáveis pela névoa de fumaça de 2015; o Singapore Environment Council "instituted a temporary restriction on the use of Singapore Green label certifications"; a NTUC FairPrice retirou os produtos da APP; a APP investiu US$ 100 milhões em gestão de incêndios e mais tarde voltou às prateleiras de Singapura. ↩
6. Wikipedia, "Roundtable on Sustainable Palm Oil" (acesso em novembro de 2026): fundada em 2004; sede em Zurique; secretariado em Kuala Lumpur, com um escritório satélite em Jacarta. Wikipedia, "Roundtable on Sustainable Palm Oil" (acima), que relata as críticas de ONGs ambientais segundo as quais a expansão sobre florestas e turfeiras continua mesmo em áreas certificadas, de grupos de defesa dos direitos trabalhistas e da Rainforest Action Network. ↩
7. Wikipedia, "Wilmar International" (acesso em novembro de 2026): "On 5 December 2013, Wilmar committed to a No Deforestation, No Peat & No

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Exploitation Policy", abrangendo suas próprias operações e fornecedores terceiros. Wikipedia, "Wilmar International" (acima): um relatório do Greenpeace de 2018 descreveu a Wilmar como "the biggest and dirtiest palm oil trader in the world"; um relatório do WWF de 2013 associou a empresa a frutos de palma cultivados ilegalmente no Parque Nacional de Tesso Nilo. ↩

8. Wikipedia, "Golden Agri-Resources" (acesso em novembro de 2026): por volta de 2010, Burger King, Unilever e Nestlé cancelaram contratos de fornecimento com subsidiárias da GAR por práticas agrícolas insustentáveis. ↩

9. Comissão Europeia, "Regulation on deforestation-free products" (environment.ec.europa.eu, acesso em novembro de 2026): as commodities abrangidas são gado bovino, cacau, café, palma-de-óleo, borracha, soja e madeira; os produtos não podem provir de terras "deforested after 31 December 2020"; o principal ato jurídico é o Regulamento (UE) 2023/1115. ↩

10. Comissão Europeia, "Regulation on deforestation-free products" (acima): primeira alteração, de dezembro de 2024, adiando a aplicação; segunda alteração, de 19 de dezembro de 2025, adiando a aplicação e alterando as exigências de diligência devida; aplicação a partir de 30 de dezembro de 2026 para operadores e comerciantes de grande e médio porte e a partir de 30 de junho de 2027 para micro e pequenas empresas; revisão de simplificação publicada em 4 de maio de 2026. ↩

11. Comissão Europeia, lista de classificação de países do EUDR (green-forum.ec.europa.eu, acesso em novembro de 2026): Indonésia e Malásia na "standard risk category", Singapura na "low risk category"; alto risco: Belarus, Coreia do Norte, Mianmar e Rússia; Comissão Europeia, "Regulation on deforestation-free products" (acima): ato de execução adotado em 22 de maio de 2025. ↩

12. Sobre as objeções conjuntas da Indonésia e da Malásia ao EUDR, incluindo sua missão conjunta a Bruxelas em 2023 por meio do Council of Palm Oil Producing Countries, ver as declarações dos dois governos de 2023. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com